



Problemas na gestão de imunizantes devem comprometer o calendário de reforço na vacinação contra a covid-19. Instituto Butantan, fabricante da CoronaVac, a mais utilizada no país, diz que é responsável somente pela produção do fármaco

Atrasos ameaçam aplicação de 2ª dose



» MARIA EDUARDA CARDIM
» ALEXIA OLIVEIRA*
» PEDRO ÍCARO*

A lenta imunização contra a covid-19 no Brasil ameaça a aplicação da segunda dose de vacinas no país. O problema é mais evidente no reforço da CoronaVac, o imunizante mais utilizado nacionalmente. Diversas cidades já anunciaram a suspensão da aplicação da segunda dose do fármaco produzido pelo Instituto Butantan. Ontem, o Ministério da Saúde recomendou que a população tome a segunda dose mesmo fora do prazo estipulado pela bula. Foi a maneira encontrada para dizer o inevitável: haverá atraso no reforço da vacinação contra a covid-19.

“A população deve tomar a segunda dose da vacina contra a covid-19 mesmo que a aplicação ocorra fora do prazo recomendado pelo laboratório. Essa é a orientação do Ministério da Saúde, que reforça a importância de se completar o esquema vacinal para assegurar a proteção adequada contra a doença”, disse a pasta, em nota. As duas vacinas contra a covid-19 disponíveis no Programa Nacional de Imunizações (PNI) exigem dupla aplicação. Enquanto a CoronaVac demanda um intervalo de quatro semanas, a vacina de Oxford/AstraZeneca, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Brasil, precisa de reaplicação no intervalo de 12 semanas.

A recomendação ocorre um dia depois do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, reconhecer a existência de dificuldades no fornecimento da segunda dose da CoronaVac. “O que tem nos causado certa preocupação é a CoronaVac, a segunda dose. Tem sido um pedido de governadores e prefeitos, porque, se os senhores lembram, cerca de um mês atrás, se liberou as segundas doses para que se aplicassem. E agora, em face do retardo de insumo vindo da China para o Butantan, há uma dificuldade com essa 2ª dose”, justificou Queiroga, na última segunda-feira (26), durante sessão da Comissão da Covid-19, no Senado Federal.

O Instituto Butantan, responsável pela CoronaVac, esclarece que a responsabilidade da organização se limita a produzir e distribuir o imunizante ao governo federal. “O Instituto Butantan esclarece que o Ministério da Saúde é o responsável por planejar e coordenar a campanha de vaci-

nação contra a covid-19 em todo o Brasil. Todo o esquema vacinal, definição de públicos-alvo e de intervalos entre as doses, assim como a logística de distribuição das vacinas aos estados e as devidas orientações técnicas sobre a vacinação competem à pasta federal”, informou o instituto.

O atraso na entrega de novos lotes da CoronaVac ameaça o cronograma de grupos que já tomaram a primeira dose do imunizante. Segundo o ministério, ao todo, 416.507 pessoas que tomaram a primeira dose da vacina, na 13ª e 14ª etapas de distribuição, permanecem com o esquema vacinal em aberto. Esse contingente é formado por três grupos prioritários: trabalhadores da saúde, forças de segurança, salvamento e Forças Armadas e idosos entre 60 e 64 anos. “A previsão de envio da segunda dose para esses grupos é para a primeira semana de maio, cumprindo o ciclo vacinal no tempo adequado”, disse o ministério.

Eficácia

Apesar disso, a pasta reforça que a recomendação é para que as pessoas tomem a segunda dose, mesmo que a aplicação ocorra fora do prazo determinado. A nota técnica do Ministério da Saúde enviada ao estados diz ser “improvável que intervalos aumentados entre as doses das vacinas contra a covid-19 ocasionem a redução na eficácia do esquema vacinal”.

No entanto, a pasta ressalta que “os atrasos em relação ao intervalo máximo recomendado para cada vacina (4 semanas para CoronaVac/12 semanas para Oxford) devem ser evitados, uma vez que não se pode assegurar a devida proteção do indivíduo até a administração da segunda dose”.

Tazio Vanni, infectologista do Hospital Águas Claras, ressalta a necessidade da segunda dose na imunização. “Os estudos clínicos das duas vacinas mais utilizadas no país mostraram ser de suma importância que sejam aplicadas as duas doses para que se reduza o risco de se desenvolver a doença, especialmente as formas graves. Tomar apenas uma dose, além de ser insuficiente para a resposta imune desejada, pode dar uma falsa ideia de proteção e gerar uma maior exposição ao risco”, explicou.

* Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Evaristo Sá/AFP



Luiz Eduardo Ramos: “Tomei escondido. Como qualquer ser humano, eu quero viver, pô. Se a ciência está dizendo, quem sou eu para me contrapor?”

Mais prioridade para grávidas

Após incluir gestantes com comorbidades no grupo prioritário de vacinação contra a covid-19, o Ministério da Saúde autorizou todas as gestantes e mulheres puérperas com até 45 dias de pós-parto a terem prioridade na imunização. A inclusão foi feita após a pasta considerar o “aumento no número de óbitos maternos pela covid-19”. A categoria, estimada em 3 milhões de pessoas, vai receber doses da CoronaVac, AstraZeneca e também da Pfizer. A coordenadora do Programa Nacional de Imunização, Franciele Francinato, detalhou a imunização das grávidas e puérperas. “Estaremos fazendo essa vacinação de gestante em duas fases. A primeira vai iniciar no grupo de comorbidades. Em uma segunda fase, vamos trabalhar com gestantes e puérperas, independentemente de ter uma condição preexistente ou não”, explicou.

Ramos tomou vacina “escondido”

» JORGE VASCONCELOS
» MARIA EDUARDA CARDIM
» MARINA BARBOSA

A participação de dois ministros em uma reunião do Conselho de Saúde Suplementar tornou-se um embaraço para o governo federal. Durante o encontro, o ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, disse que tomou a vacina contra a covid-19 “escondido”, por orientação da Presidência da República. Na mesma reunião, o chefe da equipe econômica, Paulo Guedes, disse que a China “inventou” o novo coronavírus e produziu uma vacina “menos eficiente” que o imunizante desenvolvido nos Estados Unidos.

A reunião do Conselho de Saúde Suplementar foi transmitida ao vivo pelas redes sociais do Ministério da Saúde, mas Ramos e Guedes não sabiam. Um dos principais conselheiros de Bolsonaro, o general afirmou que tenta convencer o presiden-

te a tomar a vacina, pois teme pela vida do chefe diante das novas cepas da covid-19.

“Tomei [vacina] escondido, né, porque a orientação era... (inaudível). Como qualquer ser humano, eu quero viver, pô. Se a ciência e a medicina tá (sic) dizendo que é a vacina, né, Guedes, quem sou eu para me contrapor? Estou envolvido pessoalmente, tentando convencer o nosso presidente. Nós não podemos perder o presidente para um vírus. A vida dele, no momento, corre risco, ele tem 65 anos”, disse o chefe da Casa Civil.

Assim que soube que a reunião estava sendo transmitida, Guedes pediu para a declaração ser retirada do ar. O pedido foi atendido pelo Ministério da Saúde. Não deu tempo, no entanto, de evitar mais uma crise diplomática. Para remediar o estrago, o presidente Bolsonaro mandou o chanceler Carlos França entrar em contato com a Embaixada da China no Brasil. O país asiático é

fabricante de insumos para a CoronaVac e maior parceiro comercial do Brasil.

Horas mais tarde, Guedes decidiu, então, pedir desculpas pelo “mal entendido”. Alegou que usou uma “imagem infeliz” para ressaltar a capacidade de pesquisa do setor privado de uma “economia de mercado forte” como a dos Estados Unidos. “Mesmo para um vírus desconhecido que veio de fora, conseguiram fazer uma vacina mais forte ainda do que a da própria região que saiu o vírus”, afirmou.

Apesar de indicar novamente que prefere a Pfizer à Coronavac, o titular da Economia lembrou que tomou as duas doses do imunizante produzido pela chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. “Somos muito gratos à China por ter enviado a vacina”, frisou. Até ontem, seguindo a recomendação do Planalto, Guedes mantinha em segredo que havia tomado o reforço da CoronaVac.

ADVOCACIA

Manifesto critica politização da OAB

» SARAH TEÓFILO

Um movimento na diretoria nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mostra a insatisfação com as manifestações políticas do presidente da Ordem, Felipe Santa Cruz. Claramente, formou-se um embate interno. O vice-presidente da Ordem, Luiz Viana Queiroz, e outros dois dos cinco integrantes da diretoria assinam um manifesto que será publicado hoje. No comunicado, alegam que é preciso “corrigir rumos” e pedem que a entidade “se afaste das disputas

político-partidárias”.

Além de Viana, que admite abertamente a intenção de se candidatar a presidente da OAB em 2022, assinam o documento o secretário-geral adjunto, Ary Raghiant Neto; e o diretor-tesoureiro, José Augusto Araújo de Noronha. Ao *Correio*, Viana afirma que o texto, com o título *Manifesto do movimento em defesa da advocacia*, deve receber amplo apoio de filiados da OAB, entre presidentes e conselheiros das seccionais.

Viana evita repreender diretamente Santa Cruz — diz que não

Bruno Peres/CB/D.A Press



OAB nacional passa por disputa entre integrantes da diretoria

iria “personalizar crítica a ninguém” —, mas afirma observar desperdício de esforços em outras áreas e que o momento é de foco. “A OAB não tem dono e nem partido, e uma eventual

candidatura do presidente Felipe Santa Cruz no Rio de Janeiro não é problema da OAB. Isso diz respeito a ele. A OAB está no campo de Direito, e não na política partidária”, frisa.

O texto repete o tom de Viana. “Temos orgulho da história e da tradição de lutas da Ordem dos Advogados do Brasil, ao longo de seus 90 anos, mas é preciso que façamos uma correção de rumos que nos afaste das disputas político-partidárias e recupere a credibilidade e eficiência da instituição, outrora inquestionáveis”, diz o manifesto.

A insatisfação com as posições do presidente da Ordem, crítico rigoroso do presidente Jair Bolsonaro, vem de tempos. Segundo apurou o *Correio*, o motivo para a elaboração do manifesto foi o convite do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), para Santa Cruz ser candidato do partido ao governo do Rio de Janeiro nas eleições de 2022, como divulgado no último dia 6 pela *Folha de São Paulo*. À *Veja*, Santa Cruz admi-

tiu, no mês passado, a possibilidade de disputar o Senado ou governo do Rio em 2022.

O vice-presidente da entidade ressaltou ao *Correio* que o momento de crise econômica e sanitária que atinge o país traz um cenário muito ruim à advocacia e que tudo isso “exige união e posições firmes das lideranças”. “É preciso fazer uma correção de rumos para a gente se distanciar das disputas políticas e partidárias, para recuperar a nossa credibilidade e eficiência”, frisou, dizendo que é importante não “perder de vista os compromissos institucionais da OAB na defesa da democracia, direitos humanos e justiça social”.

O *Correio* entrou em contato com Felipe Santa Cruz, mas não conseguiu resposta até o fechamento desta edição. O espaço permanece aberto.